



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

ATA DA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC EM 2017

DATA: 25 de janeiro de 2017

LOCAL: Sala de Gestão

HORA: 11:00 h às 12:45 h

COORDENAÇÃO: DR. FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA
 Desembargador Federal do Trabalho

PRESENTES: NARLICELMA SOBRAL
 Secretária Geral Judiciária

MARCO AURÉLIO FIDELIS RÊGO
 Diretor da SETIN

MARCELO RAPOUSO SILVA
 Secretário da Corregedoria, em substituição

CARLA BORGES LEAL
 Representando o Diretor-Geral

PAUTA: 1 - Apresentação do plano de investimentos para o ano de 2017; 2 - Apresentar o Plano Anual de Capacitação dos Servidores da Informática; pelo CSJT; 3 - Apresentar os projetos que estão em andamento na SETIN; 4 - Discussão sobre a continuidade do projeto de gravação de audiências; 5 - Validar a agenda de reuniões anuais da CI; 6 - Acesso externo aos dados processuais por empresas de captura de dados e andamento de processos; 7 - Breve apresentação de todos os contratos com recursos descentralizados; 8 - o que ocorrer;

ASSUNTO	ANDAMENTO
Abertura da reunião	O Coordenador do Comitê de Governança de TIC abriu a reunião agradecendo a presença de todos e informou a pauta que seria tratada, em seguida passou a palavra para o Sr. Marco Aurélio para explanar os pontos da pauta da reunião.
1 - Apresentação do plano de investimentos para o ano de 2017;	O Sr. Marco Aurélio apresentou aos membros o plano de contratação de 2017, em anexo, aprovado tal como determina o § 1º do artigo 7º da Resolução CNJ 182/2013. Da relação de contratações a serem realizadas neste exercício, foi deliberado: 1 - Por suspender a aquisição das 135 multifuncionais, vez que, no final do ano de 2016, o CSJT descentralizou recursos para aquisição desse tipo de equipamento o que supriu a necessidade do parque de impressão do Tribunal; 2 - Por suspender a contratação de subscrição do S.O. Red Hat Enterprise, tendo em vista a aquisição de Oracle Linux, tal como recomendado pelo CSJT; 3 - Por suspender a aquisição de ferramenta de gestão de conteúdo para o novo portal, haja vista a decisão de desenvolvimento do novo portal com CMS open source e com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

ASSUNTO	ANDAMENTO
	<p>a equipe da própria SETIN;</p> <p>4 - Por suspender, temporariamente, a contratação de serviço de consultoria Oracle, sendo retomada após estudo técnico preliminar que comprove a necessidade de contratação do serviço;</p> <p>5 - Cancelar o projeto de aquisição de 2 novas unidades Tape Library, tendo em vista a aquisição feita no final de 2016 com recursos descentralizados pelo CSJT;</p> <p>6 - Iniciar estudos técnicos preliminares para interligar a rede do prédio da atual sede do Tribunal ao edifício da Gaspar Viana.</p> <p>No mais, as aquisições previstas para o exercício de 2017 foram mantidas e foi dado ordem para que se inicie os estudos técnicos preliminares e a produção dos demais artefatos, tal como determinado pela resolução CNJ 182/2015, para efetivação das contratações.</p>
2 - Apresentar o Plano Anual de Capacitação dos Servidores da Informática;	<p>Foi apresentado aos membros do Comitê o PAC-2017 da SETIN e discutido sobre a orientação dos valores disponibilizados pela administração que limitam a execução do PAC. Ao final da discussão o Coordenador deu a orientação para que fossem priorizados os cursos estritamente técnicos, e que discutiria com a presidente do Tribunal sobre a possibilidade de flexibilização dos valores já definidos para cursos da equipe técnica da SETIN. O Sr. Marco Aurélio ficou de discutir com as coordenadoras da Secretaria de Informática sobre as prioridades dos cursos que constam do PAC-SETIN-2017.</p>
3 - Apresentar os projetos que estão em andamento na SETIN;	<p>O Sr. Marco Aurélio apresentou a listagem de todos os projetos que estão em andamento na SETIN, os que estão aguardando recursos humanos para serem iniciados e os processos atualmente sustentados pelas duas coordenadorias. Sucessivamente foi apresentado pelo Diretor da SETIN os recursos humanos alocados em cada um dos projetos e processos de sustentação.</p> <p>Em seguida houve as seguintes deliberações:</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema Hórus - O Dr. Sérgio solicitou que fosse feito um estudo para aquisição de mais usuários de consulta da ferramenta QlikView a fim de permitir que todas as Varas e Gabinetes tenham acesso aos dashboards construídos;- Sistema de processos suspensos e sobrestados - O Sr. Marco Aurélio informou que a vice-presidência tem alimentado planilha com os processos sobrestados e que a SETIN tem atualizado o sistema APT com a informação repassada pela VIPRE. Em relação ao sistema que está sendo desenvolvimento pelo TRT da 18ª Região, ainda não foi disponibilizado. O Sr. Marco Aurélio ficou de questionar novamente o TRT18 até o final do mês janeiro/2017.- SimVida - O Sr. Marco Aurélio informou novamente aos membros do Comitê que o sistema SIMVIDA está totalmente operacional e com todos os requisitos definidos na contratação feita em 2016 implementados, mas que não é possível iniciar o uso do sistema haja vista não haver



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

ASSUNTO	ANDAMENTO
	<p>qualquer acordo formal com os órgãos parceiros que receberão as denúncias registradas pelos usuários do sistema. O Coordenador do Comitê de Governança de TIC ficou de repassar a demanda ao Comitê do Trabalho Seguro para que sejam firmados convênios de cooperação entre o Tribunal e aqueles órgãos;</p> <p>- Proad - A Sra. Narlicelma solicitou que a SETIN analise a possibilidade de cadastrar no sistema o tipo de processo "Recurso em Matéria Administrativa". O Sr. Marco Aurélio ficou de repassar essa demanda à Coordenadora de sistemas da SETIN.</p> <p>- SIGEP - O Sr. Marco Aurélio informou que o projeto de migração da base de dados do sistema mentorh para a base do sistema SIGEP vem evoluindo, mas que no momento o percentual de migração concluído está em 10% (dez por cento) e lembrou que, a princípio, o prazo para a conclusão do trabalho é dezembro/2017;</p> <p>- Execução da rede lógica do novo prédio de Macapá - O Coordenador do Comitê de Governança de TIC solicitou que a SETIN apresente relatório técnico consubstanciado da situação atual da rede lógica do novo prédio de Macapá, e, em seguida, encaminhe o relatório à Coordenadoria de Engenharia e Manutenção do Tribunal para que o relatório seja juntado ao processo de construção do prédio.</p>
4 - Discussão sobre a continuidade do projeto de gravação de audiências;	<p>O Coordenador do Comitê informou que existe uma demanda da Corregedoria Regional para garantir a segurança nas salas de audiência com o fito de reduzir conflitos entre magistrados e advogados.</p> <p>O Coordenador informou ainda que na Justiça Federal às audiências já são gravadas e solicitou que se fizesse uma diligência à sede do órgão em Belém para conhecer a solução utilizada por eles.</p> <p>O Dr. Sérgio também solicitou que fosse feito um estudo para gravação de áudio e vídeo das audiências e sessões de julgamento para fins de segurança.</p>
5 - Validar a agenda de reuniões anuais da CI;	<p>O Sr. Marco Aurélio apresentou a proposta de agenda anual de todos os comitês e comissões associadas a informática do Tribunal. Após deliberação o Coordenador solicitou que as reuniões do Comitê de Governança de TIC fossem realizadas uma vez por mês, sempre às quartas-feiras.</p>
6 - Acesso externo aos dados processuais por empresas de captura de dados e andamento de processos;	<p>O Sr. Marco Aurélio apresentou a demanda encaminhada pelas empresas Thomson Reuters e da TIA - TIKAL INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (TIA) onde solicitam acesso automatizado às bases de dados dos sistemas de acompanhamento processual (APT e PJe), sustentando que o TRT da 18ª Região já permite esse acesso e a necessidade de observância ao princípio da publicidade. O Sr. Marco Aurélio registrou que não há orientação por parte do CSJT, e tampouco pelo Comitê Nacional do PJe, para que tais acessos sejam permitidos. O Dr. Sérgio lembrou que acesso ao PJe por robôs já foi motivo de indisponibilidade do sistema por vários dias no TRT da 1ª Região. O Sr. Marco Aurélio também registrou que para criar uma infraestrutura em separado das bases de dados dos sistemas de acompanhamento processual (APT e PJe)</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

ASSUNTO	ANDAMENTO
	<p>seria necessário recursos materiais e humanos, não só para a criação do ambiente mas também para sua sustentação. Diante do exposto os membros do comitê sugeriram os seguintes cenários:</p> <p>1 - Não liberar acesso às empresas por falta de recursos para criação de ambiente de consulta;</p> <p>2 - Liberar acesso às empresas por meio de adesão a edital de credenciamento onde será estabelecida a forma de acesso as base de dados e os valores que serão cobrados por acesso ou por empresa, tal como o Serpro já comercializa suas informações há anos.</p>
7 - Sustentação do PJe.	<p>O Sr. Marco Aurélio informou que recebeu na semana anterior ligação do Dr. Maximilino (CSJT) cobrando para que o TRT8 iniciasse o desenvolvimento de alguma das issue de melhoria do PJe. O Sr. Sérgio solicitou que lhe fosse apresentada uma relação das issues de melhoria já cadastradas e que fosse de interesse do TRT da 8ª Região. O Sr. Marco Aurélio ficou de encaminhar por e-mails a ele essa relação. O Dr. Sérgio também solicitou que o Sr. Marco Aurélio verificasse como está a tramitação da assinatura do acordo de cooperação para formalizar a participação do TRT8 na equipe de desenvolvimento de melhorias do PJe.</p>
8 - Breve apresentação de todos os contratos com recursos descentralizados pelo CSJT;	<p>O Sr. Marco Aurélio pediu para apresentar a relação de contratos com recursos descentralizados pelo CSJT na próxima reunião do comitê o que foi deferido.</p>
9 - Governança;	<p>O Dr. Sérgio solicitou que o Sr. Marco Aurélio apresente na próxima reunião do Comitê um checklist com todas as resoluções e documentos formais que a informática do Tribunal está vinculada e as respectivas providências em cada uma delas.</p>
10 - Programa para leitura de tela do PJe.	<p>A Sra. Narlicelma informou que está com uma servidora PNE - Visual na Secretaria Geral Judiciária e que a mesma precisa acessar o sistema PJe, e que ouviu falar que a ferramenta NVDA permite a leitura de telas do sistema e pede que a SETIN valide a informação e se for positiva, que o NVDA seja instalado na SEJUD e demais órgãos judiciais onde trabalhe deficientes visuais.</p>

Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada, sendo lavrada a respectiva ata pelo Diretor da SETIN, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelo Exmo. Sr. Coordenador e demais membros.

As assinaturas serão substituídas pelos comprovantes de envio do e-mail para os membros da Comitê de Governança de TIC.